

**SEXUALIDADE, IDENTIDADE E PERSONALIDADE NA(S)
ADOLESCÊNCIA(S): O QUE A LITERATURA ESPECIALIZADA EM
PSICOLOGIA TEM PARA NOS DIZER?**

***SEXUALITY, IDENTITY, AND PERSONALITY IN ADOLESCENCE(S):
WHAT DOES THE SPECIALIZED PSYCHOLOGICAL LITERATURE TELL
US***

Paula Spech Machado¹
Arthur Rocha Casaroto²
Paulo Vitor Palma Navasconi³

Resumo: O presente artigo analisa as relações entre sexualidade, identidade e personalidade durante a adolescência, com base em uma revisão crítica da literatura especializada em psicologia. Adotando uma abordagem qualitativa teórico-exploratória, foram examinados 69 artigos publicados entre 1998 e 2022, selecionados por critérios específicos. O estudo aborda o papel das transformações biopsicossociais na construção da identidade adolescente, destacando a influência de fatores históricos, culturais e estruturais, como racismo e desigualdades sociais. Os resultados revelaram uma produção científica predominantemente concentrada na região Sudeste do Brasil, com prevalência de autoras femininas e foco na temática de gênero. No entanto, observou-se uma baixa integração entre os conceitos de personalidade, identidade, gênero e sexualidade, com limitações em abordagens interseccionais que considerem marcadores como raça e classe social. Além disso, a literatura disponível frequentemente reproduz normas cis-heteronormativas, ignorando a pluralidade das experiências juvenis e marginalizando identidades LGBTQIA+. O artigo argumenta pela necessidade de superar abordagens reducionistas, promovendo uma visão interseccional que reconheça a complexidade das vivências adolescentes. Propõe-se uma educação sexual inclusiva e o fortalecimento de práticas científicas e políticas públicas que combatam estigmas e desigualdades, valorizando a diversidade e promovendo justiça social. A construção da identidade é compreendida como um processo dinâmico, moldado por contextos socioculturais e históricos.

Palavra-Chave: Psicologia. Sexualidades. Identidade. Personalidade.

Abstract: This article analyzes the relationships between sexuality, identity and personality during adolescence, based on a critical review of specialized literature in psychology. Adopting a theoretical-exploratory qualitative approach, 69 articles published between 1998 and 2022 were examined, selected based on specific criteria. The study addresses the role of biopsychosocial transformations in the construction of adolescent identity, highlighting the influence of historical, cultural and structural factors, such as racism and social inequalities. The results revealed scientific production predominantly specialized in the Southeast region of Brazil, with a prevalence of female authors and a focus on gender issues. However, there was a low integration between the concepts of personality, identity, gender and sexuality, with limitations in intersectional approaches that consider markers such as race and social class. Furthermore, the available literature often reproduces cis-heteronormative norms, ignoring the plurality of

¹ Psicóloga pelo Centro Universitário Cidade Verde (UniCV) em Maringá-Paraná.

² Arthur Rocha Casaroto, Psicólogo pelo Centro Universitário Cidade Verde (UniCV) em Maringá-Paraná.

³ Psicólogo. Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Psicologia Social. Mestre e Doutor em Subjetividade e práticas sociais na contemporaneidade pela Universidade Estadual de Maringá. Professor Assistente Doutor no Departamento de Psicologia Clínica da Universidade Estadual Paulista (FCL-UNESP Assis) e Professor credenciado no Programa de Pós-graduação em Psicologia (UNESP-Assis).

youth experiences and marginalizing LGBTQIA+ identities. The article argues for the need to overcome reductionist approaches, promoting an intersectional vision that recognizes the complexity of adolescent experiences. It proposes inclusive sexual education and the strengthening of scientific practices and public policies that combat stigmas and inequalities, valuing diversity and promoting social justice. Identity construction is understood as a dynamic process, shaped by sociocultural and historical contexts.

Keyword: Psychology. Sexualities. Identity. Personality.

1. Introdução

O presente artigo busca compreender as relações entre o fenômeno da sexualidade e a construção da identidade na adolescência a partir dos conhecimentos já produzidos pela literatura especializada na área. Uma vez que, aspectos relacionados a sexualidade, gênero e expressões de gênero acarretam diversos comportamentos, sentimentos, sensações e vivências onde a pessoa adolescente questiona a si e a seu corpo, excessivas vezes havendo de se adaptar aos padrões sociais que definem gênero e sexo dentro da sociedade onde a pessoa adolescente está inserida.

Neste sentido, Sales (2014) destaca que esse momento é de suma importância para a construção da identidade, uma vez que, é no processo de adolecer que a pessoa adolescente se vê imersa há inúmeras transformações sejam elas a níveis fisiológicas, psicológicas, culturais, trabalhistas e sobretudo estéticas.

No entanto, é fundamental termos cuidado e atenção quando compreendemos o processo de construção da identidade na adolescência, haja vista que fatores como o amadurecimento, a valorização da aparência visual e a adoção de comportamentos sociais e sexuais atribuídos a cada sexo, por vezes pode produzir e reproduzir *essencialismo de Gênero e Sexualidade*, ou seja, quando apontamos que pessoas adolescentes adotam "comportamentos sociais e sexuais atribuídos a cada sexo", podemos reforçar uma visão binária e essencialista de gênero e sexualidade, e conseqüentemente desconsiderando a multiplicidade de identidades de gênero e orientações sexuais que vão além das categorias normativas de "masculino" e "feminino" (Araújo, 2005).

Além disso, quando pensamos a construção da identidade e personalidade não podemos centralizar as discussões e o foco na aparência visual, posto que, a ênfase na valorização do corpo e da aparência visual pode ser vista como um reflexo da cultura contemporânea, que frequentemente prioriza padrões de beleza e performance corporal em detrimento de outras dimensões do ser. Isso levanta questões sobre como as pressões sociais e midiáticas podem

impactar negativamente a autoestima e o bem-estar dos adolescentes, especialmente aqueles que não correspondem a esses ideais. Assim como, a necessidade de estarmos sempre atentos as influências dos processos sociais e culturais na constituição do processo de construção da adolescência, isto é, nos perguntando e questionando quem é este adolescente? Em quais contextos sociais encontra-se inserido/a, como os marcadores econômicos, sociais, raciais, étnicos e geográficos se fazem presentes na construção da identidade.

Nesta perspectiva, compreendemos a necessidade de olhar a construção da identidade e da personalidade na adolescência sob uma perspectiva interseccional, reconhecendo as múltiplas dimensões que atravessam esse processo, como gênero, raça, classe social e sexualidade. Haja vista que, a relação entre sexualidade e personalidade se apresenta de forma complexa e integrada durante a adolescência, um período marcado socialmente e culturalmente por transformações significativas e por dinâmicas sociais que podem reforçar ou desafiar normas e expectativas culturais (Gregori; Veronese, 2018).

Para analisar esses processos, é imprescindível compreender os conceitos de sexualidade, adolescência e personalidade, visto que essas categorias orientam a interpretação e a construção do conhecimento neste campo de estudo. No entanto, é igualmente necessário problematizar essas noções, reconhecendo-as como construções sociais e históricas que não são neutras, mas atravessadas por disputas de poder e significação (Navasconi; Silva, 2017).

A personalidade, por exemplo, pode ser entendida como o conjunto de características psicológicas que se constroem ao longo da vida e que influenciam o modo como o sujeito pensa, sente e age. Porém, é importante destacar que essa construção não ocorre de maneira natural, descontextualizada, isolada ou linear, mas em constante interação com contextos sociais, raciais, geográficos, étnicos, culturais e históricos. Segundo Martins (2004), a construção da personalidade é descrita como:

A construção do indivíduo pressupõe que durante sua vida ele vá apropriando-se das objetivações, garantindo sua própria objetivação como pessoa. Temos então que a personalidade representa uma objetivação da individualidade, o estilo pessoal que lhe configura e, como tal revela-se a continuidade na mudança permanente do processo de individualização. Estruturar essa continuidade, esta coerência, significa estruturar a personalidade, que para cada indivíduo se realiza segundo as condições concretas de sua vida aliadas às suas possibilidades para uma atividade consciente. Quanto menores forem essas possibilidades mais gerais e uniformes serão seus resultados, pois o que deveria ser continuidade e coerência internas se convertem em continuidade e coerência para com as influências externas (Martins, 2004, p. 86)

Por isto, a necessidade de reconhecermos que a construção da personalidade também é atravessada pelo papel das estruturas de poder e das desigualdades sociais que mediam essa interação. Em contextos marcados por opressões como racismo, sexismo e desigualdades econômicas, a "atividade consciente" pode ser restringida, e a possibilidade de apropriação crítica das objetivações externas é desigual.

Neste sentido, é possível afirmar que as condições concretas de vida não são apenas individuais, mas estruturadas por sistemas históricos e sociais que favorecem certos grupos em detrimento de outros. Além disso, uma maior ênfase na subjetividade em contextos de resistência poderia enriquecer a compreensão da construção da personalidade. No entanto, a visão tradicional de personalidade como um conjunto de características estáveis e individualizadas pode ser limitada, especialmente se ignorarmos os fatores estruturais e as desigualdades sociais que moldam as experiências dos sujeitos. A personalidade, nesse sentido, não é apenas um reflexo interno do indivíduo, mas também uma resposta aos condicionantes externos, como opressões de gênero, racismo e desigualdades econômicas (Berni; Roso, 2014).

Adotar uma abordagem crítica e interseccional para analisar a personalidade e a identidade na adolescência nos permite desnaturalizar certas normas e explorar como diferentes contextos sociais e culturais produzem subjetividades diversas e, muitas vezes, desiguais. Assim, não apenas compreendemos melhor o adolescente como sujeito em construção, mas também questionamos os sistemas que moldam essa construção.

Diante de tais aspectos, cabe pontuarmos que a personalidade é construída socialmente pelos diversos grupos que este indivíduo se encontra pertencente, logo não havendo nenhum dispositivo interno ou uma essência. Mediante a isso, pode-se afirmar que a personalidade é um processo e não o produto ou algo findado/acabado, é a representação/ação e não a essência, a natureza ou a substância.

Tendo em vista as discussões acima, é importante destacar que neste artigo a adolescência é compreendida como uma construção social inserida em um contexto histórico específico, onde no qual, representa um período de intensas transformações na construção da personalidade e da subjetividade. É importante destacar que esse momento, longe de ser um processo universal ou natural, é atravessada por normas culturais, econômicas, étnico-raciais, geográficas e políticas que moldam as expectativas e experiências dos adolescentes de maneira diversa e, muitas vezes, desigual (Navasconi; Silva, 2017).

Durante esse momento, a pessoa adolescente inicia o processo de estruturação de uma identidade própria, caracterizado pelo progressivo desprendimento dos laços familiares e pela busca de pertencimento em novos grupos sociais. Essa busca, no entanto, não ocorre de forma homogênea ou linear, mas é modulada pelas condições concretas de vida, pelas pressões sociais e pelos sistemas de poder que delimitam quais formas de subjetividade são consideradas legítimas ou desejáveis.

Além disso, o processo de construção da personalidade na adolescência reflete uma interação dinâmica entre os desejos, sentimentos e emoções do sujeito e as influências externas, como os discursos sociais sobre gênero, sexualidade e comportamento. Esses fatores podem tanto possibilitar a formação de identidades plurais quanto reforçar normatividades que restringem a autonomia e a criatividade do adolescente na definição de si mesmo.

Por isso, é essencial adotar uma abordagem crítica e interseccional para compreender a adolescência, reconhecendo que esse momento histórico e socialmente construído não é apenas uma fase de transição, mas também um espaço de tensão entre os condicionantes externos e a agência individual. Essa perspectiva permite vislumbrar como as experiências juvenis são profundamente marcadas por fatores sociais e históricos, que influenciam a maneira como o adolescente constrói sua personalidade e subjetividade (Gregori; Veronese, 2018).

Desta forma, é de suma importância apontarmos que o fenômeno da adolescência surgiu apenas no século XIX, sendo uma base sociopolítica, onde tira-se o adolescente do mercado de trabalho para poder estudar. Sua representação engloba muitas falácias pelo senso comum, vista como uma fase chata, de crises, sendo um momento da vida de muitas cobranças da sociedade e de construção da própria identidade.

No entanto, pode-se afirmar segundo a literatura especializada que a adolescência é o momento socialmente construído entre a transição da infância e a vida adulta. Não existe consenso dentro da psicologia sobre quando se começa e que se termina a adolescência, tendo em vista que é um fenômeno multifatorial. Porém, existem mecanismos que vão identificar comportamentos comuns entre indivíduos que transitam da infância para a idade adulta. Nesse tempo, existe a necessidade de compreender o indivíduo como fruto da cultura a qual pertence, e os significantes de infância no contexto cultural, assim como na adolescência e na idade adulta.

De acordo com a literatura especializada, a adolescência se inicia com as mudanças corporais advindas da puberdade, fator biológico a qual muitas culturas consideram como marco

inicial da adolescência, já que se considera os contextos sociais quando se pensa no fenômeno da adolescência. Outro fator, seria mais responsabilidades empregadas ao indivíduo e que começa a encaminhar rumo à idade adulta. Outras individualidades podem iniciar a adolescência a partir de questionamentos sobre a si, e a seu corpo, devido à pressão social para seguir certo padrão de beleza (Schoen-Ferreira; Aznar-Farias, 2010).

Como aponta Osório (1992), a adolescência é um momento da que se configura por uma série de características peculiares, podendo ser definida como uma época em que aspectos biopsicossociais são transformados, de maneira que o biológico, o psicológico, o social e o cultural são indissociáveis, sendo impossível analisar um independentemente dos outros. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 1990 define adolescente aquela pessoa entre doze e dezoito anos de idade.

Cabe pontuar que em 13 de Julho de 1990, no Brasil, foi publicada a Lei nº 8.069 onde dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esta lei visa a proteção integral à criança e ao adolescente (Art. 3º). Assegura conforme artigo abaixo:

Art. 3º A criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Este compromisso da sociedade com a cidadania torna-se primordial para assegurar os direitos dos adolescentes, com a definição de normas afim de garantir o desenvolvimento integral ao longo desta fase. O Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Garantindo a prioridade de atendimentos de crianças e adolescentes.

Além de inúmeros artigos, é essencial apontar o artigo 5º onde nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. O papel do ECA (1990) torna-se essencial no reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos protegidos por lei, promovendo a defesa dos direitos e o exercício da cidadania.

Neste sentido, pode-se descrever que a partir da constituição do ECA (1990) os conceitos sobre juventude e adolescência ganharam maiores visibilidades no que se refere a programas de políticas públicas e maior atenção frente a esse período do desenvolvimento humano. Segundo dados recentes do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a população brasileira total é de aproximadamente 203 milhões de pessoas. Entre elas, 16,7% estão na faixa etária de 15 a 24 anos, representando cerca de 33,9 milhões de pessoas. A faixa de 10 a 14 anos representa aproximadamente 9% da população, o que equivale a cerca de 18,2 milhões de indivíduos (IBGE, 2023).

Esses números mostram uma ligeira redução na proporção de jovens em relação à população total, refletindo o envelhecimento demográfico do país e a diminuição da taxa de natalidade. No entanto, esses grupos ainda representam uma parcela significativa da sociedade brasileira, sendo um público relevante para políticas públicas e pesquisas que abordam juventude e adolescência.

Segundo o Ministério da Saúde, em consonância com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2009) a adolescência se refere à segunda década da vida (10 a 19 anos) e a juventude ao período dos 15 aos 24 anos. Por sua vez como pontuado acima segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) define a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade. Em nosso estudo, compusemos a faixa etária com a idade mínima estipulada pela ECA e pela idade máxima considerada para o jovem pelo Ministério da Saúde.

Desta forma, o presente artigo propõe-se a analisar as inter-relações entre o fenômeno da sexualidade e o processo de construção da personalidade na adolescência, com base em uma revisão crítica da literatura especializada em Psicologia. Este estudo busca compreender como esses aspectos se influenciam mutuamente, considerando os contextos sociais, culturais e históricos que permeiam essa fase do desenvolvimento humano.

2. Processos Metodológicos

O presente artigo adota uma abordagem qualitativa de caráter teórico-exploratório, com foco na revisão bibliográfica como método principal. A pesquisa bibliográfica possibilita amplo alcance de informações, permitindo a utilização de dados dispersos em diversas publicações

e auxiliando na construção e compreensão do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (Gil, 2008).

Conforme Cervo e Bervian (2002), esse tipo de pesquisa envolve atividades como leitura, seleção, fichamento e arquivamento de conteúdos relevantes ao tema investigado. O estudo priorizou referências bibliográficas que abordam tópicos centrais, como psicologia, sexualidade, identidade, adolescência e personalidade, com buscas realizadas na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (Scielo).

Os critérios de seleção e análise foram selecionados com base em categorias específicas, incluindo: Adolescência AND identidade; Psicologia AND desenvolvimento AND adolescência; Adolescência AND gênero; Adolescência AND LGBT; Identidade AND LGBT; Identidade AND adolescência.

Para garantir a relevância dos materiais, foram aplicados critérios de exclusão relacionados ao idioma (apenas português), tipo de estudo (qualitativo ou quanti-qualitativo), área de publicação (Psicologia), e temas centrais (adolescência, sexualidade e personalidade). Também foram considerados apenas artigos publicados entre 1998 e 2022.

Dos 69 artigos encontrados, foram analisados os seguintes aspectos: Periódico e data de publicação; Região e contexto da pesquisa; Área do conhecimento; Perfil dos autores (gênero, orientação sexual, identidade de gênero); Temas abordados, como LGBTQIA+, identidade, desenvolvimento, gênero e discriminação; e Anos de publicação.

Essa análise permitiu a coleta de dados significativos para a compreensão do tema abordado. Além disso, cabe ressaltar que os recursos utilizados para o desenvolvimento deste artigo foram, recursos humanos, recursos materiais como notebook, livros, artigos científicos e acesso à internet.

Essa estrutura metodológica, aliada aos recursos empregados, proporcionou uma base sólida para a investigação, permitindo aprofundar as relações entre adolescência, identidade e sexualidade de forma criteriosa e fundamentada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES:

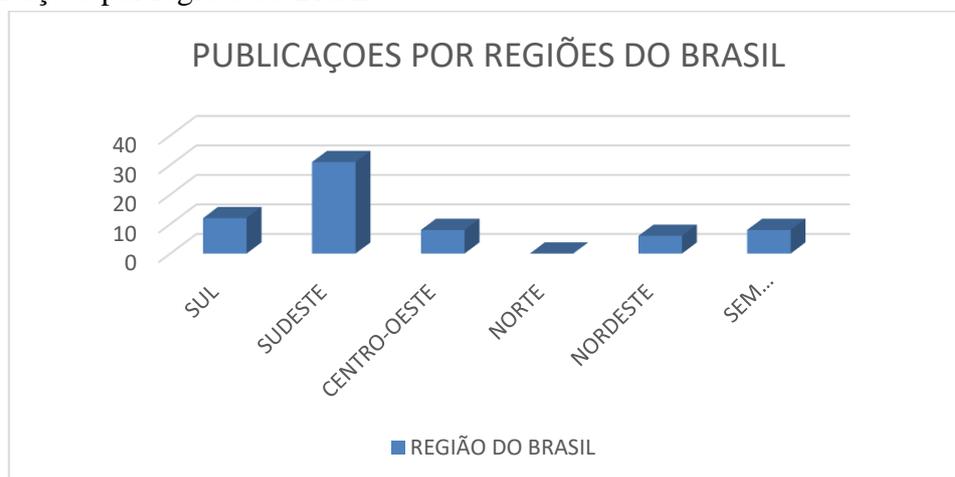
"Explorando a Construção da Sexualidade, Identidade e Personalidade na Adolescência: Perspectivas da literatura especializada "

Diante de todos os dados levantados, verificou-se que dos 69 artigos da pesquisa, apenas 10 abordaram o tema LGBTQIA+, e 2 sobre a transexualidade. Uma baixa produção científica falando sobre a identidade trans é notável. Entendendo a importância de falar sobre o tema, conforme Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) publicado em 2024 aponta que o Brasil é o país com mais mortes de pessoas trans e travestis no mundo pelo 16º ano consecutivo. Em 2024, 145 pessoas trans e travestis foram assassinadas no país (Benevides, 2024).

A pouca informação/publicação não está apenas ligada aos fatores da psicologia, mas também, outras áreas da saúde e áreas das ciências humanas visto que, essa invisibilidade científica é reflexo de uma sociedade que não aborda o assunto com tamanha importância que pode e deve abordar para a diminuição da violência.

Seguindo o resultado dos 69 artigos selecionados nesta pesquisa, conforme a tabela a abaixo, o Sudeste se destaca com 48% do total de produção científica (31) seguindo por 12 na região Sul, 8 na região Centro-Oeste, 6 na região Nordeste, 8 não identificaram e nenhum na região Norte.

Gráfico 01: Publicações por regiões do Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores.

Dentre os autores e autoras que desenvolveram os artigos, destaca-se a maioria na região sudeste do país que são compostas pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Diante disto, vale ressaltar que, conforme Indicadores FAPESP de Ciência, Tecnologia e Inovação (2021), “O Estado de São Paulo foi o responsável por 46% da produção

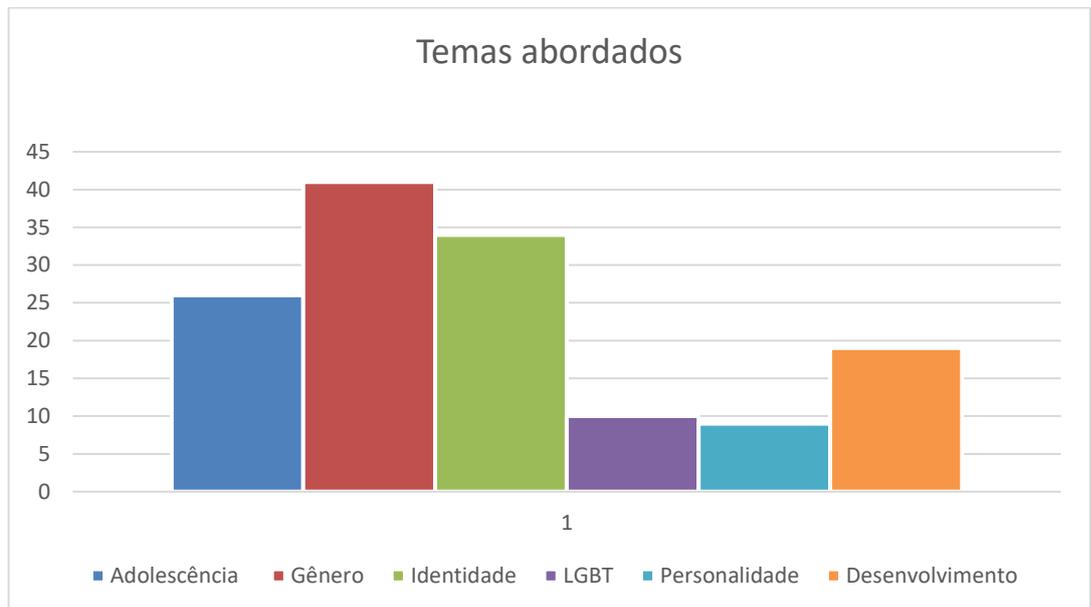
nacional.” E ainda destaca que em algumas áreas de pesquisas o estado produziu dois terços de todos os trabalhos científicos realizados no país.

Seguindo resultados desta região segundo Sidone; Haddad e Mena-Chalco (2016) a cidade São Paulo concentra cerca de 20% da produção científica brasileira e cresceu 21 posições na lista das cidades de maior geração de conhecimento no mundo durante a última década. Outro fator importante a se destacar é que segundo o MEC (Ministério da Educação) em 2014 existiam 7,3 milhões de estudantes matriculados no ensino superior, dentre estes 44,6% eram da região Sudeste do Brasil. Os Indicadores do FAPESP mostram também que dentre as principais áreas de pesquisas feitas nos anos de 2008 a 2010, a Psicologia ficou em 48º lugar das 50 realizadas, ocupando o antepenúltimo lugar do ranking.

Outro resultado importante a se destacar, em termos de gênero, é a prevalência de autoras nos 69 artigos selecionados desta pesquisa, sendo a participação de 138 mulheres e 49 homens, o que revela uma importância fundamental da mulher na psicologia. Segundo o CFP (Conselho Federal de Psicologia) o CensoPsi mais recente publicado, em dezembro de 2022, divulgou a predominância feminina, com 79,2% das mulheres e 20,1% dos homens exercendo a profissão. A pesquisa aponta ainda que estes profissionais estão mais concentrados na região Sudeste do país, sendo eles 28% devidamente inscritos no CFP o que leva a crer na veracidade dos dados.

Observamos também, que dentre os 69 artigos, a temática de gênero foi a mais abordada. Em média, 59.42% dos artigos apresentaram em seu conteúdo algo sobre gênero.

Gráfico 02: Temas abordados pelas publicações



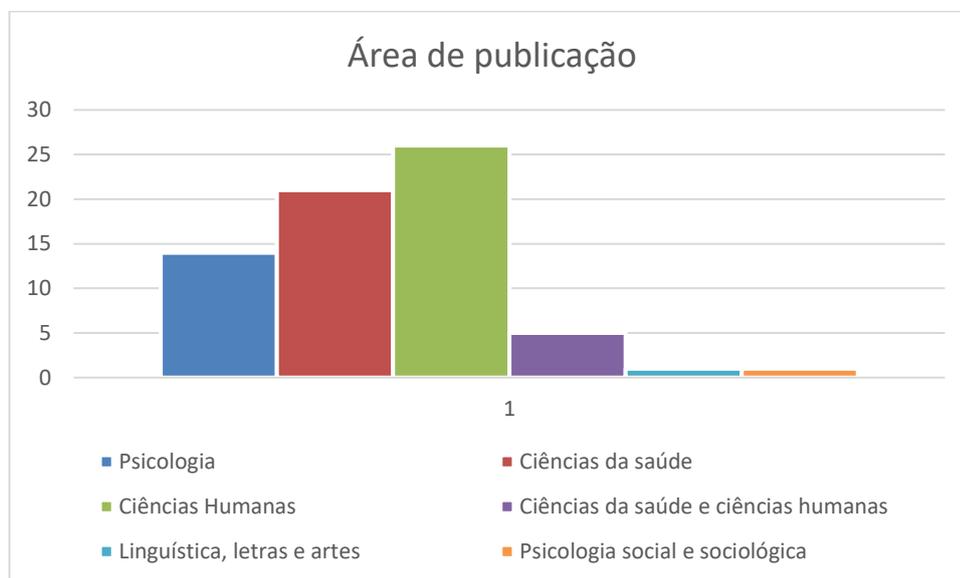
Fonte: Elaborado pelos autores.

A ausência de uma relação explícita entre os conceitos de personalidade e identidade com os temas de gênero, sexualidade e identidade de gênero na literatura é notável. Sendo assim, foi mais perceptível a associação das questões de gênero sendo discutidas e debatidas sob a perspectiva da identidade, que surge em 49,27% das análises. No entanto, em relação aos termos como "identidade de gênero" quando se fizeram presentes foram utilizadas como categorias particulares, ou seja, como sendo um ponto apenas a ser citado e não discutido e desenvolvido pelos artigos e trabalhos.

Deste modo, entende-se que reconhecer a interseccionalidade entre gênero, sexualidade, identidade e personalidade é fundamental para superar essas limitações. Uma abordagem mais integrada pode não apenas enriquecer o campo teórico, mas também proporcionar uma base mais inclusiva para combater as desigualdades e os estigmas que afetam grupos historicamente marginalizados.

Entre as revistas acadêmicas presentes na base de dados utilizada, observou-se que a produção científica oriunda das áreas de ciências humanas predominou na publicação de artigos relacionados aos temas investigados. Essa predominância reflete a relevância que as ciências humanas atribuem às questões de identidade, gênero, sexualidade e adolescência, bem como sua abordagem ampla e crítica sobre aspectos socioculturais e subjetivos que permeiam essas temáticas.

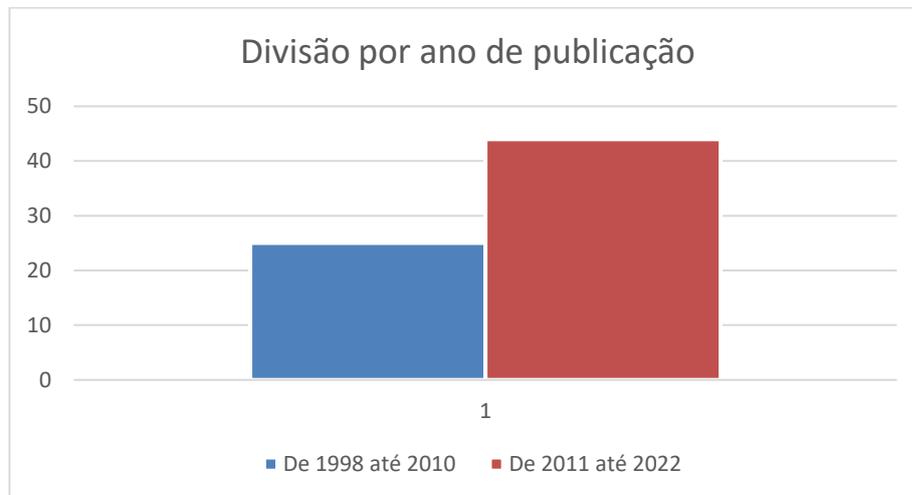
Gráfico 03: Áreas de Publicações



Fonte: Elaborado pelos autores.

Neste sentido, pode-se afirmar que a área da psicologia, ciências humanas e ciências da saúde são as áreas de maiores publicações nos temas abordados. As três áreas somadas, apresentam 98.55% de publicações dentre nossa pesquisa. Considerando apenas as revistas de psicologia e psicologia social, temos 21.73% de publicações. Outro dado presente que é coerente com fatores históricos e sociais, é o ano de publicação dos artigos. Seguindo a divisão em dois períodos (de 1998 até 2010 e de 2011 até 2022) observa-se um aumento expressivo na quantidade de artigos científicos sobre o tema sendo produzidos e publicados. O que demarca não só fatores de acesso acadêmico para com o conhecimento, mas também a relevância dos temas ao passar dos anos.

Gráfico 04: Ano de Publicações



Fonte: Elaborado pelos autores.

Além dos dados supracitados, é possível demarcar que a análise dos 69 artigos selecionados revelou uma baixa produção científica sobre a temática LGBTQIA+ e transexualidade, o que reflete uma falta de abordagem e visibilidade desses assuntos na sociedade. Isso é preocupante, especialmente diante dos alarmantes índices de violência contra pessoas trans e travestis no Brasil. Assim como, diante do aumento e crescimento de narrativas e discursos que visam patologizar as identidades não heterossexuais, bem como, entendê-las como doenças ou patologias. Além da psicologia, outras áreas da saúde e ciências humanas também têm contribuído pouco para a produção de conhecimento nesse campo, e reforçando para uma história científica que apaga e silencia outros modos de subjetivação e existência.

Além disso, cabe apontar que a região Sudeste do Brasil se destaca como a principal produtora científica, com a maioria dos artigos provenientes de Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. São Paulo, em particular, tem uma grande concentração de produção científica e é responsável por uma parcela significativa da produção nacional em diversas áreas de pesquisa.

A presença majoritária de autoras nos artigos selecionados reflete a importância da participação feminina na psicologia, corroborando dados do Conselho Federal de Psicologia (2022). No entanto, ainda há uma baixa relação entre os eixos principais da pesquisa, apesar de sua interconexão. Por exemplo, a temática de gênero é amplamente abordada, mas há uma falta de relação entre gênero e personalidade, o que pode contribuir para discursos de ódio contra a população LGBTQIA+.

No contexto das revistas acadêmicas analisadas, as áreas de Psicologia, Ciências Humanas e Ciências da Saúde destacam-se como as mais representativas na produção científica sobre os temas investigados. Essa predominância reflete o papel central dessas disciplinas em explorar e discutir questões complexas como diversidade de gênero, identidade e sexualidade, temas que têm ganhado crescente relevância nos debates acadêmicos e sociais. O aumento significativo de publicações ao longo do tempo pode ser atribuído tanto a um maior acesso ao conhecimento quanto ao reconhecimento da importância de compreender essas temáticas no contexto das mudanças sociais contemporâneas.

No entanto, é evidente que a produção científica ainda carece de abordagens mais interseccionais. Grande parte dos artigos não integra adequadamente categorias como gênero, sexualidade, identidades de gênero, raça, etnia e outros marcadores sociais de diferença. Essa lacuna revela uma tendência a tratar essas questões de forma isolada, o que pode limitar a compreensão das dinâmicas de opressão e privilégio que operam nas interações sociais e nas trajetórias individuais.

Uma abordagem interseccional permitiria capturar de forma mais robusta como essas categorias se entrecruzam e influenciam mutuamente, aprofundando o entendimento sobre as experiências de sujeitos que ocupam posições sociais marcadas por múltiplas formas de desigualdade. Além disso, reforçaria o compromisso ético da pesquisa acadêmica com a promoção da justiça social, fornecendo subsídios mais sólidos para a elaboração de políticas públicas inclusivas e equitativas. Portanto, é imprescindível que futuras produções científicas avancem nesse sentido, ampliando a complexidade e a profundidade dos debates sobre diversidade e identidade.

Ainda sobre os estudos analisados é possível apontar que tais estudos apresentam uma tendência a associar adolescência, personalidade, identidade e sexualidade com temáticas relacionadas a infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gravidez, frequentemente abordadas sob uma ótica binarista de gênero e dentro dos limites normativos da cis-heteronormatividade. Essa abordagem reflete uma visão restritiva que ignora a pluralidade das vivências adolescentes e as diversas formas como gênero e sexualidade são experienciados. Ao tratar desses fenômenos a partir de uma lógica normativa, tais estudos tendem a reforçar padrões excludentes, desconsiderando a diversidade que caracteriza a adolescência em contextos contemporâneos.

A relação entre identidade, personalidade, adolescência e gravidez também aparece de forma recorrente, especialmente em discussões sobre gravidez não planejada, aborto e expressões de gênero. Essa ênfase sugere uma preocupação predominante com os aspectos biológicos e comportamentais, muitas vezes negligenciando as dimensões psicossociais e estruturais que influenciam essas questões. Por exemplo, pouco se discute sobre como as desigualdades socioeconômicas, o racismo e a falta de acesso a informações inclusivas impactam as decisões reprodutivas e a vivência da sexualidade na adolescência, assim como a interrupção voluntária da gravidez (Dias; Teixeira, 2010).

Adicionalmente, em estudos focados na prática sexual de adolescentes escolarizados, constatou-se uma aparente contradição: embora muitos relatem ter recebido informações sobre sexo e sexualidade, uma proporção significativa demonstra desconhecimento sobre partes e funções do próprio corpo. Esse dado evidencia lacunas na qualidade e na abordagem da educação sexual, que, ao priorizar informações técnico-biológicas, muitas vezes deixa de lado aspectos fundamentais, como autonomia corporal, prazer e consentimento. Essa fragmentação da educação sexual contribui para perpetuar tabus e reforçar desigualdades de gênero, particularmente para jovens LGBTQIA+, cujas experiências raramente são contempladas nesses programas (Mello, 2012).

Para avançar, é fundamental que os estudos e intervenções contemplem a complexidade das experiências adolescentes de maneira interseccional, questionando as normativas binárias de gênero e cis-heteronormativas. Isso inclui abordar a educação sexual como um direito integral, focado não apenas na prevenção de ISTs e gravidezes, mas também no fortalecimento da autonomia, no reconhecimento da diversidade e na promoção da equidade. Ao explorar as múltiplas dimensões das vivências adolescentes, será possível construir narrativas mais inclusivas e contribuir para uma transformação cultural que valorize a pluralidade das identidades e experiências juvenis (OPAN, 2017).

Nesta perspectiva, é possível dizer que a relação entre adolescência, sexualidade, identidade e personalidade é frequentemente abordada em debates que, ao invés de explorarem essas dimensões em sua complexidade e multiplicidade, acabam presos a perspectivas proibicionistas, moralistas e reducionistas. Esses enfoques limitam a compreensão dos fenômenos, desconsiderando os contextos socioculturais, históricos e psicológicos que moldam as vivências de adolescentes (Bock, 1999).

Perspectivas proibicionistas frequentemente se concentram em controlar e reprimir a sexualidade adolescente, pautando-se em normas rígidas de conduta, bem como, reconhecendo os fenômenos das adolescências, sexualidades e gênero a partir de uma compreensão universalista, normalizadora, branca e heterossexual. Esse viés manifesta-se em políticas e discursos que priorizam a abstinência sexual como única forma aceitável de comportamento, sem reconhecer a sexualidade como uma dimensão saudável e natural do desenvolvimento humano. Sob essa ótica, questões relacionadas à exploração do prazer, à diversidade sexual e ao consentimento são minimizadas ou ignoradas, gerando lacunas significativas na formação educacional e emocional dos jovens (Junqueira, 2009).

Além disso, o moralismo frequentemente vincula a sexualidade adolescente a conceitos de "certo" e "errado" baseados em valores conservadores. Essa abordagem pode reforçar estigmas, especialmente para adolescentes LGBTQIA+, cujas experiências são invalidadas ou patologizadas. Ao priorizar narrativas normativas, a discussão acaba por invisibilizar as vivências que fogem do padrão cis-heteronormativo (CFP, 2019).

A identidade e a personalidade, aspectos centrais no desenvolvimento adolescente, também são frequentemente tratadas de maneira reducionista. Estudos e discursos que limitam essas dimensões às categorias binárias de gênero e papéis sociais tradicionais desconsideram a fluidez e a diversidade das experiências humanas. Essa visão simplificada pode levar à patologização de adolescentes que desafiam normas de gênero ou que exploram identidades não conformistas (Navasconi, 2019).

Em muitos casos, a personalidade é tratada como um traço fixo e linear, ignorando as interações dinâmicas entre fatores sociais, emocionais e culturais que a moldam (Baptista, 2008). Da mesma forma, as identidades são frequentemente analisadas sob uma perspectiva individualista, desconsiderando os impactos estruturais de racismo, classismo e outras formas de opressão que influenciam profundamente a construção do *self*.

Portanto, essas abordagens proibicionistas, moralistas e reducionistas não apenas limitam o desenvolvimento pleno dos adolescentes, mas também perpetuam desigualdades e marginalizações. Ao restringir as possibilidades de expressão e autodescoberta, criam-se barreiras para que adolescentes explorem sua sexualidade e identidade de forma saudável e livre de julgamentos. Além disso, ao negligenciar as interseccionalidades — como raça, classe, gênero e sexualidade —, essas perspectivas reforçam dinâmicas de exclusão social e desigualdade.

Para superar essas limitações, é necessário adotar abordagens interseccionais e críticas que valorizem a pluralidade das experiências adolescentes. Isso inclui reconhecer a sexualidade como um direito, explorar a personalidade e a identidade como processos dinâmicos e influenciados por contextos sociais, e promover uma educação sexual abrangente e inclusiva. Ao abandonar narrativas normativas e acolher a diversidade, cria-se um espaço mais justo e empático para os jovens se desenvolverem de maneira integral.

Por fim, é de suma importância demarcar que os estudos sobre sexualidades, gênero, identidade e personalidade frequentemente deixam de abordar de forma aprofundada as relações raciais, tratando questões de raça e etnia, quando presentes, apenas como aspectos descritivos ou como características do perfil dos adolescentes investigados. Essa ausência não é trivial, pelo contrário, ela reflete e perpetua processos estruturais de epistemicídio, racismo institucional e a homogeneização das vivências adolescentes (Navasconi, 2019).

A falta de centralidade das relações raciais em análises sobre adolescência, sexualidade e identidade reforça o epistemicídio (Carneiro, 2005), entendido como a exclusão sistemática de saberes e vivências de populações racializadas nos espaços de produção de conhecimento. Quando questões raciais são reduzidas a dados demográficos, a complexidade das experiências de adolescentes negros, indígenas e de outras etnias é apagada, desconsiderando-se como o racismo estrutural impacta suas trajetórias de vida, suas formas de construir identidade e seus processos de subjetivação.

Ao deslegitimar essas experiências, o racismo institucional se perpetua, moldando práticas acadêmicas e científicas que reforçam uma perspectiva eurocêntrica e homogênea da adolescência. Essa abordagem contribui para a construção de narrativas que ignoram as especificidades culturais e estruturais de adolescentes de diferentes contextos raciais, perpetuando desigualdades (Werneck, 2016).

A homogeneização do fenômeno da adolescência ignora as interseccionalidades que atravessam essa fase da vida. Adolescentes negros, por exemplo, muitas vezes enfrentam processos de adultificação precoce, nos quais suas ações e comportamentos são julgados com maior severidade em comparação a seus pares brancos. Essa experiência pode impactar profundamente sua construção de identidade, personalidade e sexualidade, mas raramente é incorporada de forma crítica e reflexiva em estudos acadêmicos. Por outro lado, adolescentes indígenas frequentemente vivenciam um descompasso entre suas tradições culturais e as normas

sociais impostas por uma sociedade hegemônica, tensionando ainda mais os processos de subjetivação e pertencimento. Esses elementos são praticamente ausentes na maior parte das análises sobre adolescência, revelando uma lacuna significativa na literatura (Santos; Black; Silva, 2024).

Nesta perspectiva, entende-se como sendo fundamental que a literatura especializada repense e tenha um comprometimento ético e epistemológico com abordagens críticas e interseccionais, considerando as relações raciais como elemento central nos estudos sobre adolescência, sexualidade e identidade, reconhecendo que raça não é apenas uma variável descritiva, mas um marcador estrutural que molda experiências e subjetividades.

A inclusão dessas perspectivas não apenas amplia a compreensão científica do fenômeno, mas também contribui para a construção de práticas educativas, políticas públicas e intervenções sociais mais equitativas e sensíveis às múltiplas dimensões que atravessam as vidas de adolescentes racializados. Somente por meio desse reconhecimento será possível enfrentar os desafios impostos pelo racismo institucional e avançar rumo a uma produção de conhecimento verdadeiramente plural e inclusiva.

4. Considerações finais

A análise dos estudos sobre adolescência, sexualidade, identidade e personalidade revela importantes lacunas e limites na literatura disponível. Predomina uma abordagem que retrata a adolescência como uma experiência majoritariamente branca, de classe média e heterossexual, invisibilizando outras vivências. Mesmo nos trabalhos que abordam adolescentes LGBTQIA+, ainda se reforçam paradigmas cisnormativos e heteronormativos, que limitam a compreensão das diversidades de gênero e sexualidade. Essas ausências e reduções epistemológicas não são meras falhas técnicas, mas indicativos de um campo de estudo que ainda reproduz desigualdades estruturais e ignora a pluralidade das experiências humanas.

Diante desse cenário, é essencial que a Psicologia, como ciência e profissão, amplie seu olhar crítico e ético sobre essas temáticas, especialmente na formação de profissionais. É necessário não apenas discutir raça, classe, gênero e sexualidade como categorias analíticas, mas incorporá-las como ferramentas éticas que norteiem práticas comprometidas com a justiça social e os direitos humanos. Essa abordagem interseccional deve ir além da teoria e tornar-se um guia

prático para intervenções mais inclusivas e sensíveis às múltiplas dimensões que atravessam a vida dos adolescentes (Crenshaw, 2002).

Ademais, a Psicologia deve questionar as bases epistemológicas que sustentam os estudos e práticas, reconhecendo o impacto de fatores como racismo, classismo e heteronormatividade na construção de identidades e subjetividades. Só assim será possível avançar em direção a um campo mais inclusivo e capaz de compreender as complexas interações entre adolescência, personalidade, identidade e sexualidade. Pensar a interseccionalidade como uma ferramenta ética, e não apenas analítica, é um passo fundamental para transformar o olhar e a prática, contribuindo para a promoção de uma sociedade mais equitativa e acolhedora para todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicol. clin.* 2005, vol.17, n.2, pp.41-52.

BAPTISTA, Nuno. **Teorias da Personalidade. P.1, 2008.**

BERNI, Vanessa Limana; ROSO, Adriane. A adolescência na perspectiva da Psicologia Social Crítica. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 126-136, 2014.

BOCK, Ana. **Adolescência: uma concepção crítica.** p. 1-8. junho, 1999.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRÊTAS, José *et al.* **Aspectos da sexualidade na adolescência.** p. 1-8. fevereiro, 2009.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro. **A Metodologia científica.** São Paulo, SP: Prentice Hall, 2002.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024.** Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. 109p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Quem faz a psicologia brasileira? um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho: volume I.** Formação e inserção no mundo do trabalho. Conselho Federal de Psicologia. — 1. ed.— Brasília: CFP, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTI.** Brasília, DF. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos aos gêneros. **Estudos Feministas**, ano 10, 1º semestre, p. 171-188, 2002.

DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA; Marco Antonio Pereira. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paideia**, 20(45), 123-131. 2010.

FAPESP. Pesquisadores no Brasil publicam 56% dos artigos científicos originados na América Latina. Novembro 2021. **Boletim nº 3**. São Paulo, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREGORI, Juciane; VERONESE, Claudia. Juventudes, Violências e Interseccionalidades no Brasil: reflexões a partir do Estatuto da Juventude. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**. Aracaju. V.7. N.1, p. 71 – 82. jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2022**. Rio de Janeiro. IBGE. 2023.

JUNQUEIRA, Rogerio Diniz (Org). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

MARTINS, Lígia Márcia. A natureza histórico-social da personalidade. **Cadernos CEDES**. 2004, v. 24, n. 62. Epub 03 Jun 2004. ISSN 1678-7110.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. **Psicologia & Sociedade** [online]. 2012, v. 24, n.1.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Child and adolescent health and development**. Genebra: OMS, 2009.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAN). Ministério da Saúde. **Saúde e sexualidade de adolescentes**. Construindo equidade no SUS. Brasília, DF: OPAS, MS, 2017.

PORTAL SAÚDE SUS. **MS promove debate sobre saúde sexual e reprodutiva**. 2013.

NAVASCONI, Paulo Vitor Palma. **Vida, Adoecimento e Suicídio: racismo na produção do conhecimento sobre Jovens Negros/as LGBTTIs**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NAVASCONI, Paulo Vitor Palma; SILVA, Lucia Cecilia. Conducta suicida en adolescentes y jóvenes brasileños. **Alternativas em Psicologia**. Número 37. Febrero – Julio 2017.

REIS, C. SANTOS, Nayana. **Relações desiguais de gênero no discurso de adolescentes**. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. p. 1-6. 2006.

SALES, Marta Santos. O processo de constituição da identidade na adolescência: trabalho, classe e gênero. **Psicologia & Sociedade**; 26(n. spe.), 161-171. 2014.

SANTOS, Iraneide Nascimento; BLACK, Taciana Lima de Paula, SILVA, Kalina Vanderlei. O racismo estrutural e seu impacto na saúde do adolescente afrodescendente brasileiro. **Physis**, N° 34. 12 ago. 2024.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria. Adolescência através dos Séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Abr-Jun, 2010, Vol. 26 n. 2, pp. 227-234.

SIDONE, Otávio José Guerci; HADDAD, Eduardo Amaral; MENA-CHALCO, Jesús Pascual. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **TransInformação**, Campinas, 28(1):15-31, jan./abr., 2016.